

Farra protecionista

*MARCELO DE PAIVA ABREU**

Como frequentemente ocorre nas experiências pessoais e coletivas, o retumbante sucesso, do primeiro ano do governo Fernando Henrique Cardoso, passou a atrapalhar o seu desempenho atual. De fato, converteu-se em elemento crucial para explicar as enormes dificuldades em aprovar versões, extremamente aguadas das reformas estruturais necessárias à viabilização do crescimento econômico sustentado e com equidade.

Durante a implementação inicial do Plano Real, ainda no governo Itamar Franco, e no primeiro semestre de 1995, a possibilidade de retorno da inflação alta foi brandida, como grande sucesso, pelo presidente nas negociações políticas que viabilizariam a implementação e a sustentação do programa. Esse sucesso caracterizou, não apenas o uso eficaz de legislação preexistente, mas também a aprovação de um conjunto inicial de reformas estruturais, concentradas na redução do papel do Estado como produtor de bens e serviços.

A partir de meados do ano passado, o governo começou a enfrentar dificuldades na tramitação das reformas no Congresso. Ao mesmo tempo, manifestou grande complacência quanto à regra fiscal desejável para o sucesso da estabilização. Esse processo culminou no recente clima de mercado persa que se instaurou em Brasília, no qual o cerne, legitimamente, reformista da coalizão governamental se tornou refém das franjas fisiológicas que parecem controlar o Congresso e até parte do Executivo.

Generalizou-se, nos meios políticos, a percepção de que há espaço, em vista da inflação baixa, para relaxar ainda mais o controle dos gastos públicos, restabelecer alguns dos velhos instrumentos de ordenha do Estado, consagrados no passado, e protelar reformas que poderiam alterar esse estado de coisas. É como se a inflação baixa, aliada aos altos níveis de reservas internacionais, pudesse justificar a continuação do excesso de gastos interrompida apenas, momentaneamente, no período inicial de implementação do Plano Real.

Os prejuízos causados por essa percepção equivocada e imediatista, por parte de segmentos importantes do Congresso, são agravados por conduta similar no próprio seio do Executivo. O governo tem demonstrado, reiteradamente, sua disposição de reverter o processo de reforma econômica em temas de grande importância para a sustentação da credibilidade do programa de estabilização.

Os tropeços da política comercial ilustram esse argumento de forma exemplar. No seu afã de subsidiar as atividades de montadoras de veículos, operando no País, e de defender a medida provisória automotiva na Organização Mundial de Comércio (OMC), o governo oficializou seu pedido de waiver. É alto o risco de, em prazo da ordem de 90 dias, levar um outro puxão de orelhas, apesar de estar, aparentemente, disposto a gastar munição política – relativamente escassa e certamente com uso alternativo mais nobre – para legalizar tal regime.

Tal como se previa, a distribuição de favores ao setor automotivo serviu para encorajar outros setores demandantes de proteção. Nesse quadro, foram, fartamente, distribuídos significativos aumentos de tarifas de importação a produtos têxteis, calçados e eletrodomésticos, na esteira do alarme que se seguiu à crise mexicana.

Aproxima-se o prazo-limite de um ano de vigência, tanto da lista Dallari, de exceções à Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercado Comum do Sul (Mercosul) – já desvirtuada pela inclusão de produtos que nada têm a ver com abastecimento, como é o caso de têxteis –, quanto de aumentos tarifários incidentes sobre calçados e eletrodomésticos incluídos na lista de exceção brasileira também no Mercosul.

Com base no déficit comercial de US\$ 7 milhões, observado em fevereiro, e no aumento das importações de bens de consumo duráveis de US\$ 194 milhões, em janeiro, para US\$ 250 milhões, em fevereiro, orquestrou-se vigorosa campanha na imprensa, que tem brandido a prudência relativa à posição do balanço de pagamentos, para ocultar a defesa pura e simples de interesses setoriais. Aparentemente, já não se fala, no governo, em volta à situação vigente em abril de 1995, mas sim em remendos dos programas de desgravação tarifária que resultam em adiamento significativo da liberalização, previamente, programada. Nesse sentido, é curiosa a assimetria que vem marcando a condução da política econômica, fazendo o governo, quase sempre, manifestar sua permanente preocupação com a balança comercial, mesmo com base em evidência duvidosa, e quase nunca manifestar receios quanto às consequências da deterioração das contas públicas, mesmo com base em evidência clara e irrefutável.

O presidente tem zelado para que os pilares do programa de Estabilização não sejam minados pela ação de interesses específicos; tanto no Congresso, quanto no Executivo. Isso deve valer também para a política comercial do País. Não se pode perder de vista que a liberalização comercial tem importância como balizadora dos preços internos e sustentáculo da inflação baixa, como estímulo ao aumento da eficiência das atividades produtivas internas e como fonte de respaldo à credibilidade externa do programa de estabilização.

* Marcelo de Paiva Abreu é Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.